

MACHADO SANTOS – HERÓI PROSCRITO DA REPÚBLICA

Abílio Pires Lousada

A implantação da República tem a marca decisiva do Comissário Naval Machado Santos, o «revolucionário» que, a partir da Rotunda, abateu o Regime Monárquico. Na realidade, olhando para o seu perfil, nele se conjugam todas as características que combateram os Bragança, republicano, maçom, carbonário e oficial de Marinha. A falta de *pedigree* militar e o seu continuado pendor revolucionário tornaram-no um furúnculo para a República que fundou.

Revolucionário de Corpo Inteiro

Filho do empregado de comércio Maurício Paulo Vitória dos Santos e de Maria da Assunção Azevedo Machado Santos, António Maria de Azevedo Machado Santos alistou-se na Armada em 29 de outubro de 1891, ano da insurreição republicana no Porto, foi promovido a Aspirante de Segunda Classe em 1892, a Comissário Naval de Terceira Classe, em 1895, e de Segunda Classe (segundo-tenente) em 1901. Em 1905,

aproxima-se dos republicanos e as suas tendências revolucionárias manifestam-se, sobretudo a partir de maio de 1907, quando o rei D. Carlos dá «carta branca» a João Franco para governar de forma autoritária e o ambiente sociopolítico nacional se agita. Envolve-se em circuitos republicanos que preconizam o derrube da Monarquia. Inicialmente através de camaradas de armas como os oficiais de Marinha João Cerejo Júnior e Marinha de Campos, ferozes opositor da política de João Franco, e Mascarenhas Inglês, oficial do Exército que tinha participado no 31 de janeiro de 1891. A sua influência como agitador contra a Monarquia nas camadas inferiores da Marinha e faz-se notar e o seu porte físico robusto, um vestir cuidado e o destaque de um bigode de fino recorte emprestam-lhe uma aparência romântica.

Biografia

- 10/01/1875: Nasce em Lisboa.
- 4-5/10/1910: Comanda a insurreição armada republicana que depõe a Monarquia.
- 1915 e 1917: Apoiente do governo de Pimenta de Castro e do presidencialismo de Sidónio Pais, respetivamente.
- 1919: Combate com determinação e sucesso a denominada Monarquia do Norte.
- 19/10/1921: Assassinado em Lisboa.

Machado Santos conhece, então, proeminentes figuras republicanas antirregime como o almirante Cândido dos Reis, políticos como António José de Almeida e Afonso Costa, o advogado Alexandre Braga, o engenheiro António Maria da Silva, os jornalistas João Chagas e França Borges, o comerciante Alfredo Leal, o bibliotecário e carbonário Luz de Almeida, o médico Egas Moniz e dissidentes monárquicos importantes como José Maria de Alpoim e o visconde da Ribeira Brava.

Em meados de 1907, Lisboa vivia envolta na governação repressiva, na conspiração maçónica e na agitação carbonária. De tal forma que Júlio de Vilhena, líder do partido Regenerador, terá afirmado que o «caldo de cultura» tinha tudo para acabar num crime contra o rei ou numa revolução contra o reino. O primeiro momento foi, de facto, uma intentona republicana. Organizada em Lisboa, preconizava a sublevação de unidades militares e a prisão do Presidente do Conselho João Franco. Para o sucesso da operação, Machado Santos e Cerejo Júnior projetaram ocupar o quartel de Marinheiros, em Alcântara e assaltar o Arsenal do Exército para armar soldados e marinheiros afetos à ação de rutura. Porém, a deflagração separada de duas explosões em quartos de bombistas levantou e a suspeita das autoridades que, a par com uma denúncia, levou à descoberta da conjura e à prisão dos dirigentes políticos republicanos implicados. Mesmo assim, o movimento foi para a rua, em 28 de janeiro de 1908, acabando sufocado pelas autoridades.

João Franco obteve, no imediato, a assinatura por D. Carlos do decreto que «recambiava» os conspiradores para o degredo na Costa de África. Mas os acontecimentos precipitaram-se, a 1 de fevereiro de 1908 os carbonários Manuel Buíça e Alfredo Costa assassinaram o rei no Terreiro do Paço, colocando a Monarquia em estado de letargia. Machado Santos foi um dos que levantou a ideia de aproveitar a perturbação que se instalou nas unidades militares e o desnorte no governo para colocar em marcha a revolução. Foi demovido por dirigentes republicanos como Bernardino Machado, que não queriam associar a implantação da República ao assassinato do rei. D. Manuel II assume o trono, demite João Franco e aceita a política de acalmação proposta pelo almirante Ferreira do Amaral, que não resultou.

Entretanto, em meados de 1908 Machado Santos regressa da Guiné, para onde foi enviado em comissão de serviço compulsiva, e entra para a Carbonária de Luz

Almeida e loja maçónica Montanha de António José de Almeida. Contudo, devido a um artigo violento contra o regime de D. Manuel, assinado no jornal *O Radical*, dirigido por Marinha de Campos, foi presente a Conselho de Guerra e obrigado a uma comissão de serviço de seis meses em Angola. Regressado a Portugal em abril de 1909, a conspiração prossegue e os preparativos operacionais sucedem-se.

O comandante ‘da Rotunda’

Ao longo de 1910, por mais de uma vez se pensou em avançar com um golpe de força contra a Monarquia, que só aconteceria a 3 de outubro, momento em que o plano do almirante Cândido dos Reis tinha condições de execução. Plano esse que passava pelo apoio do Quartel de Marinheiros de Alcântara, as fragatas Adamastor e Rafael, a Artilharia de Campolide, Caçadores 2 e Infantaria 2 e 16, e a tomada do Arsenal do Exército. Meios humanos e materiais julgados imprescindíveis para conquistar os três objetivos que materializariam o sucesso da operação de abate da Monarquia: Necessidades (palácio real); Carmo (quartel-general da GNR); Rossio (quartel-general da 1.^a Divisão do Exército). Mas o plano sofreu contratempos insondáveis, logo a três de outubro, com o assassinio de Miguel Bombarda (dirigente civil), as salvas dos cruzadores não se verificaram, a adesão do Regimentos de Infantaria 2 e Caçadores 2 não aconteceu, assim como os carbonários de António Maria da Silva não conseguiram apoderar-se do arsenal do Exército. Em consequência, na madrugada do dia quatro o Almirante Cândido dos Reis (líder militar) suicidou-se e os dirigentes republicanos que aguardavam o desenrolar dos acontecimentos na rua da esperança desapareceram. Tudo parecia perdido ...

... Não fosse Machado Santos tomar as ‘rédeas’ operacionais do processo. Enquanto o almirante Reis deambulava desalentado pela noite escura de Lisboa até dar um tiro na cabeça, um determinado Machado Santos dirigiu-se a Campo de Ourique e tomou o controlo do Regimento de Infantaria 16, dali dirigiu-se para Campolide e obteve o apoio da Artilharia 1, enquanto o quartel de marinheiros de Alcântara manifestou apoio à revolta. Mesmo quando os grupos dos capitães Afonso Palla e Sá Cardoso foram barrados pela Guarda Municipal na sua marcha para o Carmo e as Necessidades, respetivamente, o demoveu. Entrincheirou-se na Rotunda decidido a

vender cara a derrota, uma posição defensiva feita à base de taipais, contando com nove sargentos, duzentos soldados, uns quantos marinheiros, quatro cadetes, os seus carbonários, um número crescente de civis e duas peças de Artilharia.

Iniciava-se a insurreição Armada que, com epicentro na Rotunda, faria de Machado Santos o obreiro militar da vitória republicana, que galvanizou o fogo de Artilharia 1, por oposição à de Queluz, os bombardeamentos pelas embarcações fundeadas no Tejo, que motivaram D. Manuel II a abandonar as Necessidades e sair de Lisboa, o assalto dos marinheiros de Alcântara, que aquietou a tropa monárquica presente no Rossio, as ações de civis armados espalhados pelas artérias lisboetas, que dificultavam a ação da Guarda Republicana, o fogo das peças do reduto defensivo, contra a reação de Paiva Couceiro.

A fuzilaria varre Lisboa, desde o Rossio até à Avenida. Ao cair da noite desse quatro de outubro de 1910, o ânimo dos entrincheirados contrastava como inépcia, incompetência e desânimo das forças monárquicas. De tal forma que na manhã do dia seguinte, o quartel-general no Rossio propõe um armistício de uma hora, a começar às 08h45, com o argumento de deixar sair do campo da contenda os encarregados de negócios da Alemanha, que é aceite. Mas Machado Santos, percebendo a galvanização nas ruas, farda-se a rigor, monta a cavalo e desce a Avenida ao encontro do general Manuel Gorjão, comandante da 1.^a Divisão. A meio do percurso é arrancado do cavalo pela população e levado ao colo até ao Rossio, onde chega um minuto antes da pausa estipulada para os combates, e propõe ao general a rendição e a aceitação da República, que é aceite.

De Herói a Proscrito do Regime

Os acontecimentos de 4/5 de outubro fazem de Machado Santos o fundador da República, prerrogativa que ele não soube e não pôde capitalizar, fazendo jus à velha máxima de que todas as revoluções tendem a «comer os próprios filhos». A República é formalmente proclamada ao fim da manhã na varanda da Câmara de Lisboa pelos dirigentes republicanos, é constituído um governo provisório, escolhido um Parlamento e nomeado um presidente da República. Machado Santos é eleito deputado às

Constituintes e um projeto lei promove-o a Capitão-de-Mar e Guerra com direito a uma pensão vitalícia de três contos anuais.

Mas, no futuro, o oficial de marinha passou a constituir um problema para a República, não sendo prestigiante que a génese do regime estivesse ligada à determinação de um «oficial sem penacho» e carbonário. E o desconforto começou no imediato, quando se intitulou «comandante do quartel-general da Rotunda» e, ao arrepio de qualquer hierarquia castrense, impôs promoções aos fiéis partidários que com ele se bateram contra os monárquicos. A que se seguiu a repreensão aos políticos que se acobardaram (conspiradores de semicúpios) e aos oficiais que não apoiaram o «momento forte», complementados pela crítica aos monárquicos que sem reboço que passaram para o novo regime (os adesivos).

Assim, rapidamente os seus feitos, que ele publicou em relatório «*A Revolução Portuguesa, 1907-1910*», em 1911, passaram a ser colocados em causa e classificados de «bambúrrio». À República interessava apresentar-se como fruto da vontade do povo e da determinação das forças de mar e de terra.

Passou a insurgir-se contra os sucessivos governos, fazendo de Afonso Costa o inimigo de estimação, que atacou politicamente através do jornal *O Intransigente*, por ele fundado, que acabou por lhe diluir a popularidade granjeada na Rotunda. De tal forma que nas eleições para deputado foi o candidato menos votado em Lisboa. Afirmou, então, que não consentia que o transformassem num decorativo «jarrão» político e tornou-se um agitador permanente.

Embora não tenha participado pessoalmente na abortada tentativa revolucionária contra o governo de Afonso Costa, em 27 de abril de 1913, onde estiveram monárquicos, republicanos e sindicalistas, ficou sempre a ideia de ele ter sido um dos instigadores. Depois, não teve pejo, em 26 de janeiro do ano seguinte, de promover os distúrbios ocorridos em Lisboa que levaram Afonso Costa a apresentar a demissão do seu governo. Ao invés, numa inversão ideológica, apoiou com entusiasmo a ditadura militar do general Pimenta de Castro, em 14 de maio de 1915 que, todavia, o levaria à deportação para os Açores.

Mas a sua apetência agitadora não tem limites nem regras. Em 13 de dezembro de 1916 surge à cabeça de uma revolta fomentada em Tomar, destinada a derrubar

pela força o governo de União Sagrada de António José de Almeida, com o objectivo de desacreditar a política governamental de levar Portugal a participar na Grande Guerra Europeia. Para o efeito, não se coibiu de falsificar o Diário do Governo, supostamente assinado pelo presidente Bernardino Machado, que lhe entregava a chefia do governo. Montado num cavalo branco, avançou para Abrantes, à frente de 11 oficiais e de 400 praças, onde foi barrado por forças governamentais, acabando preso em Viseu.

Na prisão envolveu-se em novos atos conspiratórios, em favor da revolta militar de Sidónio Pais, ocorrida em 5 de dezembro de 1917, ao qual forneceu a colaboração de amigos. Em consequência, o sucesso sidonista abriu-lhe as portas do presídio, da junta revolucionária, da qual se tornou membro, e do governo, sendo nomeado Ministro do Interior e, posteriormente, Secretário de Estado das Subsistências e Transportes.

Mas a estirpe de Machado Santos rapidamente o desencanta, pois entende que o regime evolui para a restauração monárquica. Demite-se e torna-se um opositor de Sidónio Pais. De tal forma que numa sessão do Senado, de 3 de dezembro de 1918, discursa contra a política repressiva e de abandono da guerra por Sidónio Pais. Chegou a formar o Partido da Federação Republicana, na esperança de servir de contraponto à deriva sidonista. Mas o partido foi efémero, tal como, de resto, o sidonismo que passou a combater, que soçobrou com o assassinio do presidente na estação do Rossio, a 14 de dezembro desse ano.

Regressam as desinteligências na denominada «Nova República Velha» e, com elas, a proclamação da Monarquia do Norte, que tem Paiva Couceiro como «figura de cartaz», proclamada no Porto a 19 de janeiro de 1919. Três dias depois, em Lisboa, os monárquicos instalam-se em Monsanto e bombardeiam a capital, intimando o governo à rendição. Contra os revoltosos monárquicos acampados na serra de Monsanto, Machado Santos organiza um grupo de combate, em 23 de janeiro de 1919, que se bate com sucesso na capital. O grupo segue depois para o Norte, enquanto ele e José Carlos da Maia organizam, em colaboração com o governo, estabelecem as medidas de bloqueio à intenção de restauração da Monarquia. Depois de uma década a zurzir contra os sucessivos governos republicanos, estas atitudes consagram-no de novo.

Entretanto, a calamitosa situação político-social evoluía à medida da sucessão de atentados bombistas, de assassinios na praça pública e mudanças de governo. A

própria GNR ia-se tornando parte do problema, devido à ingerência excessiva nos assuntos políticos e pelo carácter arbitrário e brutal das repressões efetuadas.

O ponto de rutura aconteceu na tenebrosa *Noite Sangrenta* de 19 de outubro de 1921, quando elementos soldados, marinheiros e guardas radicais, onde campeava um marinheiro conhecido como Abel «dente d'oiro», executantes de uma suposta junta revolucionária, mataram de forma sumária e gratuita, com a complacência das autoridades, António Granjo, primeiro-ministro demissionário, Machado Santos e Carlos da Maia, fautores da implantação da República, o comandante Freitas da Cruz, secretário do ministro da Marinha, e o coronel Botelho de Vasconcelos. O argumento persecutório foi porque eram anti Partido Democrático e, pasme-se, contra os interesses da Marinha. Mas na base terá estado também o facto de o tenente-coronel da GNR Liberato Pinto, afeto ao partido Democrático de Afonso Costa, ter sido demitido de chefe do governo, a 2 de março desse ano.

Machado Santos foi raptado em casa pelo «grupo da leva da morta», constituído por soldados e marinheiros, levado par o largo do Intendente, crivado de balas sem contemplações e largado de seguida à porta da morgue de Lisboa. No momento da execução, Machado Santos, que fez questão de sair fardado de casa, enjeitou o uniforme, colocou o barrete na cabeça e esticou a mão para os facínoras, dizendo-lhes que ao contrário da covardia deles se apresentava calmo e pronto a morrer como um militar.

Era, nessa altura, Vice-Almirante e está sepultado no cemitério do Alto de São João.

Bibliografia Consultada

- LOUSADA, Abílio Pires – “Cem anos do regime republicano. Políticas, rupturas e continuidades”. In *XI Colóquio de História Militar: – Actas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010.
- SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, (Relatório), Lisboa, Papelaria e Typographia Liberty, 1911.
- SILVA, Armando Malheiro et al – *Machado Santos. O Intransigente da República (1875-1921)*. Lisboa: Assembleia da República, 2013.

- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. Revolução de 1910*, Lisboa, Dom Quixote, 1976.
- VALENTIM, Carlos Manuel, *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2010.